

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**VIVIANE DOS SANTOS**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA – ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2003**

**VIVIANE DOS SANTOS**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA – ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Contábeis, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Loreci João Borges

**FLORIANÓPOLIS**

**2003**

## TERMO DE APROVAÇÃO

VIVIANE DOS SANTOS

PREVIDÊNCIA PRIVADA – ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

Esta monografia foi julgada como adequada para a obtenção do título requerido e, portanto, aprovada em sua forma final, obtendo a nota de 8,00, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Compuseram a banca:

Prof. Loreci João Borges  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....

Prof. Vladimir Arthur Fey  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....

Prof. Erves Ducatti  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....

Prof. Luiz Felipe Ferreira, M. Sc.  
Coordenador de Monografia do CCN

Florianópolis, outubro de 2003.

### **DEDICO ESSE TRABALHO...**

Com amor e carinho, aos meus pais Carlos e Edileusa, pois sempre acreditaram em mim. Não existem palavras que expressem a gratidão e a alegria de tê-los como meus pais, por tudo que sou e hei de ser. Em especial, aos meus irmãos Alessandro e Micheli, que sempre me ajudaram ao longo de todos esses anos, apoiando-me nos momentos de fraqueza e compartilhando das minhas conquistas.



## AGRADECIMENTOS

O tempo passou, mais uma etapa da minha vida está sendo vencida. Desta guardo comigo muitas lembranças, alegrias e tristezas, todas numa sintonia de saudade que já venho sentindo.

Aos que participaram da minha vida ao longo desse caminho, tenho muito a agradecer.

Primeiramente a DEUS que sempre me deu forças para vencer todos os obstáculos, que me fez ver, aprender, crescer e ser uma pessoa cada vez melhor, na passagem das dificuldades.

Ao meu orientador que sanou minhas dúvidas e incertezas, e que me ensinou na trajetória deste trabalho.

Aos mestres que me proporcionaram conhecimentos e aprendizagem, preparando-me para o campo profissional.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado nessa longa jornada, e me fizeram aprender que *“as verdadeiras amizades continuam a crescer mesmo a longa distância, e o que importa não é o que você tem na vida, mas o que você tem da vida, e que bons amigos são a família que nos permitiram escolher.”* (William Shakespeare)

Em especial a Daniela, minha amiga do coração.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANAPP	Associação Nacional de Previdência Privada
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
EAPP	Entidade Aberta de Previdência Privada
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

## **RESUMO**

As Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP) são empresas que colocam seus planos previdenciários no mercado, os quais podem ser adquiridos pelo público e empresas em geral. As referidas empresas têm como objetivo principal instituir planos de concessão de pecúlios, rendas ou benefícios e assemelhados da Previdência Social. Assim, este trabalho monográfico tem o objetivo de avaliar os principais aspectos operacionais e contábeis, bem como, a estrutura básica das EAPPs (Entidades Abertas de Previdência Privada), essas dão origem aos eventos e fatos contábeis. Foram enfatizadas também, neste trabalho, as funções dos órgãos normativos e fiscalizadores em relação às Entidades Previdenciárias, assim como o surgimento da previdência privada no Brasil. A partir deste estudo foi possível constatar que através das exigências legais definidas pelos órgãos normativos e fiscalizadores, as EAPPs elaboram sua base estrutural para funcionamento, inclusive de seu plano de contas.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>v</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>vi</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
1.1 TEMA.....	10
1.2 PROBLEMÁTICA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	11
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	11
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.4 JUSTIFICATIVA.....	12
1.5 METODOLOGIA.....	12
1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	15
<b>2 RAIZES HISTÓRICAS DA PREVIDENCIA PRIVADA NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
2.1 ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	19
2.2 A RAZÃO DA DENOMINAÇÃO DE “PREVIDÊNCIA PRIVADA”.....	20
<b>3 ORGÃOS NORMATIVOS E EXECUTIVOS.....</b>	<b>21</b>
3.1 CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP.....	21
3.2 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP.....	23
3.3 CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN.....	24
<b>4 ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS.....</b>	<b>26</b>
4.1 PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS REQUERIDAS PELOS ORGÃOS FISCALIZADORES NOS REGULAMENTOS DOS PLANOS.....	26
4.2 REGIMES FINANCEIROS.....	30
4.2.1 Regime Financeiro de Repartição.....	32
4.2.2 Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.....	33
4.2.3 Regime Financeiro de Capitalização.....	33
4.3 PROVISÕES TÉCNICAS OU MATEMÁTICAS.....	34
4.3.1 Classificação das Provisões Técnicas.....	35
4.3.1.1 Classificação da Provisão Técnica não Comprometida.....	35
4.3.1.2 Classificação da Provisão Técnica Comprometida.....	36
4.3.2 Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.....	37
4.3.3 Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.....	37
4.3.4 Provisão Matemática de Obrigações em Curso.....	38

4.3.5 Provisão Matemática de Benefícios a Liquidar e Provisões de Rendas Vencidas e não pagas.....	38
4.3.6 Provisão De Riscos não Expirados.....	39
4.3.7 Provisão de Oscilações de Riscos.....	40
4.4 NORMAS CONTÁBEIS DE PLANO DE CONTAS DAS SOCIEDADES PREVIDENCIÁRIAS.....	41
4.4.1 Codificação do Plano de Contas.....	43
4.4.2 Planos de Contas.....	44
4.4.2.1 Classes de Contas Patrimoniais.....	45
4.4.2.2 Classes das Contas de Resultados.....	45
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS</b>	



## 1 INTRODUÇÃO

Diversos fatores têm colaborado para o crescimento da previdência privada nos últimos anos no Brasil, um deles é o déficit da previdência pública, órgão administrado pelo governo. Esse problema tem ocasionado uma busca aos planos de previdência privada, sobretudo pelas classes sociais mais elevadas. Esses planos são administrados por empresas particulares e Sociedades Anônimas e também são oferecidos por Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Privada.

A previdência privada é hoje um grande investidor institucional no Brasil. Seus ativos financeiros estão a serviço da economia nacional, fortalecendo, assim, as atividades produtivas e servindo à política econômica brasileira de modo significativo.

A poupança gerada por essa nova modalidade econômica, serve como instrumento de regulação da política econômica, uma vez que se aplicam volumosas parcelas em títulos públicos, ações de companhias e outras modalidades financeiras.

Os ativos das Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP) constituem-se num dos mais expressivos mecanismos de formação de poupança interna, assim como, o segmento das Entidades Fechadas, ou fundos de pensão que acumulam patrimônios significativos na política econômica brasileira.

## 1.1 TEMA

As entidades de previdência privada englobam as operadoras no ramo de previdência privada, organizações de empregados e sociedades anônimas. Apresentam grande potencial de crescimento pelo fato de disponibilizar seus planos de aposentadoria e pensão a todas as pessoas, independentemente da classe social ou categoria profissional a qual pertençam. Desse modo, no presente momento, percebe-se a condição extremamente favorável de crescimento e amadurecimento dessa atividade no Brasil.

O tema aborda e demonstra os aspectos operacionais e contábeis das EAPPs.

## 1.2 PROBLEMÁTICA

O benefício da previdência pública paga e administrada pelo governo em qualquer parte do mundo, na maioria das vezes, não permite que a família disponha da mesma renda mensal depois que o chefe provedor cesse sua atividade profissional.

Com a preocupação de não dispor de uma mesma renda após o recebimento da aposentadoria pública, muitos iniciaram suas poupanças, com o intuito de possuir uma reserva previdenciária. Nesse contexto surge a previdência privada, com o sentido de complementar ou até mesmo de repor a renda familiar na inatividade.

Com o início da previdência privada ou complementar, surgiram empresas especializadas na área, o que conseqüentemente acarretou o aumento no campo de trabalho dos profissionais da área de Contabilidade.

Assim, nessa problematização, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Com o aumento de empresas previdenciárias no mercado financeiro, os

administradores e os profissionais da área contábil, os quais trabalham em empresas especializadas em previdência privada, estariam preparados para enfrentar os aspectos operacionais e contábeis da previdência privada?

### 1.3 OBJETIVOS

Com a finalidade de facilitar o desenvolvimento deste trabalho determinaram-se, por meio do objetivo geral os objetivos específicos que o atingirão.

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar os aspectos operacionais e procedimentos contábeis nas EAPPs.

#### 1.3.2 Objetivos específicos:

- conhecer a história e o surgimento da previdência privada ou complementar;
- demonstrar os órgãos normativos e executivos;
- expor os procedimentos operacionais e contábeis, tais como; regimes financeiros, provisões técnicas, principais exigências legais requeridas pelos órgãos fiscalizadores nos regulamentos dos planos previdenciários e as normas contábeis do plano de contas das sociedades previdenciárias.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Com os problemas que a Previdência Pública vem enfrentando no Brasil, é possível que no futuro ela seja privatizada. Sendo assim essas entidades previdenciárias assumirão todas as responsabilidades de administração de recursos com os contribuintes dessa modalidade. Em razão disso supõe-se que os profissionais da área contábil, terão uma participação maior no mercado previdenciário, por oferecer a esse mercado financeiro serviços especializados, conhecimentos técnicos e novas formas de avaliação de empresa.

Assim, por ser considerado altamente competitivo e globalizado o mercado de trabalho nesse ramo de atividade, o profissional dessa área precisa obter conhecimentos especializados na profissão em discussão. Pois, assim poderá aplicá-los em todos os segmentos que abrangem essa vasta área profissional.

Dessa forma, o tema escolhido vem ao encontro das necessidades do profissional do futuro, ou melhor, “o profissional de hoje” que requer e exige conhecimentos suficientes para que possa atuar, com competência, nesse exigente mercado de trabalho. Também como justificativa do tema, a tentativa de enquadrar e aplicar o vasto conhecimento dessa Ciência, na área de previdência privada.

## 1.5 METODOLOGIA

Proposto o assunto e identificado a problemática da pesquisa a ser desenvolvida, apresenta-se à metodologia a ser utilizada. Sendo assim, descreve-se alguns conceitos de estudiosos na questão.

O ser humano, diante da necessidade de compreender e dominar o meio

em que vive de modo reduzido ou até mesmo global em benefício próprio e da sociedade da qual faz parte, acumula conhecimentos racionais sobre seu próprio meio e sobre as ações capazes de transformá-lo. Segundo FACHIN (1993, p.27), ciência é “[...] essa seqüência permanente de acréscimos de conhecimentos racionais e verificáveis da realidade [...]”.No entanto, a ciência é um jogo de regras precisas, onde só é científico o que pode ser comprovado por procedimentos obtidos de modo objetivo, isto é, sem vieses.

Logo após, veio o conhecimento científico, afinal era necessário explicar as transformações que o homem conseguia descrever e demonstrar. Assim define FACHIN (1993, p.24), quando diz que o “Conhecimento científico se apresenta em função da necessidade de o ser humano estar constantemente procurando aperfeiçoar-se e não assumir uma postura simplesmente passiva, observando os fatos e objetos, sem poder de ação ou controle dos mesmos”.

A evolução do conhecimento científico deve-se também à necessidade de explicações das transformações que o homem conseguiu perceber e relatar. Assim define LAKATOS e MARCONI (1986, p.18), quando diz que o conhecimento científico “[...] visa explicar por que e como os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão relacionados, numa visão mais global do que a relacionada com um simples fato”.

Nesse contexto é necessário destacar que, para se fazer ciência é fundamental a pesquisa, pois é por meio dela que o conhecimento sobre determinado assunto torna-se amplo o suficiente para tentar atingir um objetivo já determinado.

Segundo GIL (1988, p.19), pesquisa é:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científico. [...] desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.



Geralmente, nas universidades, é obrigatório à apresentação de trabalhos monográficos, para que os alunos tornem-se graduados, ou melhor, com formação superior na área, a qual escolheu. O trabalho científico é um texto escrito, resultado de inúmeras pesquisas relacionadas ao tema ao qual o acadêmico escolheu para aprofundar-se mais. Os resultados dessa pesquisa colaboram de modo significativo para aprimoração profissional do educando.

Também, instiga a formação científica e cultural do estudante, visando, assim, a produção de conhecimentos mais elaborados, mesmo depois que o indivíduo não estiver mais vinculado à academia, nesse caso a universidade.

A execução dos trabalhos científicos gera ou renova conhecimentos nos diversos ramos do saber. O aluno no decorrer do seu estudo deve descobrir fatos ou situações, problemas no universo das ciências específicas, que mereçam investigações e estudo, pois somente desta forma poderá alcançar suas metas, tanto pessoais como científicas. Descreve SALOMON (1977, p.136) “[...] trabalho científico passa a designar a concreção da atividade científica, ou seja, a investigação e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente”.

Ainda, para SALOMON (1977, p.219), trabalho científico define como sendo, “[...] Tratamento escrito de um tema específico que resulte de investigação com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência, [...] ocupa em nosso plano o ápice de uma pirâmide, cuja base são o método e as práticas do estudo eficiente, superposta por um “corpo” de reflexões sobre as investigações e os trabalhos científicos”.

Nesta monografia, o tipo de pesquisa realizada foi à qualitativa com abordagem exploratória. O método a ser utilizado é a pesquisa bibliográfica, como técnica para obtenção dos dados necessários para fornecer a resposta requerida ao problema formulado, sendo assim a pesquisa assumirá um caráter mais amplo e significativo.

A pesquisa bibliográfica explora o conhecimento de muitos autores, em

material já elaborado, como livros, artigos científicos, revistas e outros materiais. Para FACHIN (1993, p.125), a pesquisa bibliográfica constitui em “[...] uma atividade que permite ao pesquisador o levantamento das obras de seu interesse. Pode ser realizada independentemente ou como parte de outros tipos de pesquisa [...] o investigador deve seguir um plano que se desenrola através da identificação, localização, obtenção, fichamento e arquivamento, entre outros”.

O método proposto deve iniciar-se, primeiramente, com o levantamento bibliográfico sobre as entidades abertas de previdência privada, compreende na consulta de livros didáticos, artigos de periódicos, manuais, relatórios, revistas e sites.

## 1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa está limitada aos objetivos propostos conforme mencionado nos itens anteriores. Por ser realizada através da pesquisa bibliográfica, a limitação dela está também nos dados encontrados na literatura existente a respeito do respectivo tema, e também por ser um tema, embora importante, ainda pouco explorado. A pesquisa será específica as EAPPs, pois não será comentado, especificamente, sobre a previdência pública, mas sim, será colocado um breve conceito da mesma, uma vez que um esclarecimento sobre o referido assunto é de fundamental importância para a compreensão do trabalho monográfico como um todo. Porém, não é o objetivo principal dessa pesquisa. Pois, ele tem como objetivo primordial demonstrar o aspecto operacionais e contábil das EAPPs.

## **2 RAÍZES HISTÓRICAS DA PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL**

A previdência privada surgiu em função da necessidade dos indivíduos manterem o padrão de vida ao qual desfrutavam, antes da aposentadoria, até o momento em que chegam a inatividade. E isso só seria possível através da suplementação de rendas oferecidas pelas entidades previdenciárias particulares.

O sistema de previdência privada foi introduzido no Brasil, segundo a Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP), fundada em agosto de 1974:

- Em 1835: 1º Montepio Geral da Economia – O Mongeral, em atividade até hoje (Previdência aberta a qualquer pessoa);
- Em 1904: Caixa de Previdência do Banco do Brasil (previdência fechada, destinada apenas a seus funcionários).

A partir daí, várias entidades desenvolveram e instituíram a previdência privada, sem que fosse legalmente reconhecida.

Segundo Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP), em agosto de 1974, foi direcionado os esforços do setor e as providências governamentais para a formulação do código da previdência privada, base da futura legislação que virá organizar o sistema previdenciário privado.

Por outro lado, qualquer sistema não pode funcionar sem garantia e segurança para os participantes, então o governo regulamentou a previdência privada pela lei 6.435 de 15.07.1977, segundo art. 3º, com o objetivo de:

- proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios;
- determinar padrões mínimos adequados de segurança econômico-financeira, para a preservação da liquidez e da solvência dos planos de benefícios;
- disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando

condições para sua integração no processo econômico do país;

- coordenar as atividades reguladas por esta lei com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo Federal.

A ANAPP, representando a comunidade previdenciária, teve papel decisivo na aprovação da nova legislação.

O Brasil tem uma longa história previdenciária que começa ainda nos tempos coloniais, com a concessão de auxílios às viúvas e aos órfãos dos oficiais da marinha. Essa medida começa a ser enriquecida no império, de um lado por iniciativa do governo, protegendo algumas classes mais sujeitas a riscos, como a dos ferroviários e marítimos, ou as elites do funcionalismo público, os provenientes da antiga metrópole; de outro por iniciativa particular, no seio das forças armadas e mesmo do funcionalismo civil não contemplado. O exemplo é seguido por outras classes.

No final do século XIX e início do século XX surgiram várias instituições previdenciárias entre comerciantes e viajantes autônomos. A previdência pública começa a ganhar corpo e volta-se para os trabalhadores privados em 1919 com a Lei de “Alcides Pessoais” e em 1923, com a Lei “Eloy Chaves”, introdutora das caixas e considerada historicamente, como o marco inicial da socialização da previdência.

Segundo AFONSO (1996, p.4), a lei “Eloy Chaves”, foi o marco da previdência pública no Brasil:

Determinou a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) nas empresas ferroviárias. Eram basicamente quatro os benefícios oferecidos: assistência médica aos segurados e dependentes, medicamentos com preços reduzidos, aposentadoria e pensão aos dependentes em caso de morte. O financiamento era feito através de contribuições dos empregados (3% dos salários), das empresas (1% da renda bruta), consumidores (devido ao aumento de 1,5% nas tarifas cobradas) e outras fontes menores e esporádicas. O recolhimento era feito pela própria empresa. Desta maneira, cada CAPs era gerida por uma comissão de empregadores e empregados, sendo utilizado o regime de capitalização. O Estado era externo a essa forma de organização, tendo sua atuação restrita somente aos casos de conflito. Com esta estrutura, o número de associados por CAP era reduzido, havendo em contrapartida grande número de instituições. O número de indivíduos cobertos era pequeno frente ao total da população ativa e em pouco tempo já dava mostras de sua fragilidade.

A previdência privada tem sua estrutura basicamente composta de dois grupos de entidades; as Entidades fechadas ou fundos de pensão que são compostos por fundos de empresas ou categorias privadas e estatais e as Entidades Abertas, compostas por empresas específicas e seguradoras que operam com este ramo de atividade.

O desenvolvimento da previdência em nível estatal, cercada de grande expectativa não chegou a inibir a evolução da previdência privada. Não abrangendo de início todas as categorias ocupacionais. A previdência social deixou a descoberto os autônomos, os profissionais liberais, os empregadores e outros trabalhadores rurais. Surge então, a necessidade deles se organizarem em sociedades mutuárias que lhes dessem cobertura, proliferando, assim, as caixas de pecúlios e as sociedades de mútuo socorro.

Ambas entidades são extremamente importantes e o crescimento de suas reservas matemáticas denota que a previdência complementar tem adquirido, na visão do mercado, uma posição de destaque na vida econômica nacional e grande relevância social.



## 2.1 ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (EAPP)

O segmento aberto da previdência privada classifica-se em: sem fins lucrativos e com fins lucrativos; organizadas respectivamente na forma de sociedades civis e de sociedades anônimas.

As entidades sem fins lucrativos são todas preexistentes à lei 6.435/77. Entre elas estão as mais tradicionais instituições de previdência privada, com mais de 100 anos de sólida existência.

A elas, amparadas pela permissão que a lei lhes concedeu, vieram juntar-se as entidades com fins lucrativos. Os grandes conglomerados financeiros e as mais tradicionais companhias seguradoras passaram, então, a fazer parte desse vigoroso segmento da sócio economia nacional.

Nos últimos anos as EAPPs têm apresentado uma expansão de suas atividades sem precedentes históricos, acompanhando a tendência mundial de crescimento no mundo dos fundos mútuos e é considerada uma indústria emergente no Brasil. Elas colocam seus planos no mercado, nos quais podem ser adquiridos pelo público e empresas em geral, têm como finalidade instituir planos de concessão de pecúlios, de rendas ou benefícios assemelhados aos da previdência social. Os produtos comercializados pelas entidades de previdência privada são:

- renda; quantia mensal que um participante recebe, após ter contribuído por um período de tempo estabelecido previamente.
- pensão; quantia mensal que será paga ao beneficiário (esposa, filhos, etc.) de um participante falecido, como por exemplo, a pensão recebida por uma viúva.
- pecúlio; quantia única paga ao(s) beneficiário(s) (esposa, filhos, pais, etc.) de um participante falecido.

## 2.2 A RAZÃO DA DENOMINAÇÃO DE “PREVIDÊNCIA PRIVADA”

A expressão “previdência privada” no sentido usado no Brasil é exclusivamente brasileira, e objetivou identificar facilmente a instituição que, em relação ao domínio previdenciário geral, ocupa ou pode ocupar os espaços vazios deixados pela previdência social, em termos de satisfação das necessidades previdenciárias.

Tinha assim, a previdência social de caráter compulsório, administrada pela máquina estatal; e a previdência privada de caráter voluntário, administrada pela atividade privada.

### **3 ÓRGÃOS NORMATIVOS E EXECUTIVOS**

Os órgãos normativos definem, em normas, a política previdenciária que o mercado tem de seguir, assim como estabelecem a disciplina operacional e técnica em relação às atividades, desde a fixação dos capitais sociais e fundos de constituição, definição das bases técnicas atuariais, limites de responsabilidade, planos contábeis até a apreciação dos recursos das decisões dos órgãos executivos.

Para todos os efeitos o órgão normativo é um legislativo menor, que vai emitindo as suas resoluções, sobre os assuntos que são postos à sua consideração pelo respectivo órgão executivo.

#### **3.1 CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – (CNSP)**

É o órgão normativo das entidades abertas, e a sua consideração como tal, decorreram do fato da lei n.º 6.435/77 considerar que tais entidades se integram no sistema nacional de seguros privados, cujo órgão normativo é o CNSP.

Segundo RIQUEIRA, o art. n.º 79 da lei complementar nº 109 de 29/05/2001, sancionada pelo Presidente da República, revoga a lei n.º 6.435/77 que passa disciplinar a previdência privada no país. A lei revogada vigorou no país por mais de 23 anos e foi de grande valia como primeiro ordenamento legal sobre a previdência privada, tendo como mérito maior, a época de sua implantação de ter estancado a criação de Montepios - entidades sem fins lucrativos que comercializavam planos prometendo benefícios tecnicamente insustentáveis e que o tempo comprovou como inviáveis de serem pagos, deixando um rastro de perdas à poupança popular.

A lei, a partir da caracterização da previdência privada como

complementar ao regime da previdência social, passa a denominar a previdência privada como previdência complementar.

O decreto nº 81.402 de 23-02-78, que dispõe sobre as EAPP's, segundo o art. 7, que compete privativamente ao CNSP, como órgão normativo:

- fixar as diretrizes e normas da política a ser seguida pelas entidades;
- regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização de quantos exerçam a atividade de previdência privada aberta, bem como, a aplicação das penalidades cabíveis;
- estipular as condições técnicas sobre o custeio, investimentos, correção de valores monetários e outras relações patrimoniais;
- estabelecer as características gerais para os planos de pecúlio e de rendas, em conformidade das diretrizes e normas de políticas fixadas;
- estabelecer as normas gerais de contabilidade atuária e estatística a serem observadas;
- conhecer dos recursos entropostos de decisões da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- disciplinar o processo de cobrança e fixar o valor de comissões de qualquer natureza para a colocação de planos;
- prescrever os critérios de constituição de reservas técnicas e fundos especiais;
- estabelecer as normas gerais e técnicas para a elaboração de planos de operações;
- opinar na elaboração das diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a aplicação do capital e das reservas técnicas e fundos especiais das entidades;
- estabelecer o entendimento sobre a legislação das entidades abertas;
- fixar critérios para a posse e o exercício de qualquer cargo de

administração assim como para o exercício de qualquer função em órgãos consultivos fiscais ou assemelhados em entidades abertas;

- corrigir valores monetários, expressos na lei ora regulamentada, de acordo com índices de correção que estiverem em vigor e nas condições que vier a fixar;

- opinar sobre a cassação de carta patente das entidades abertas, antes da remessa do processo do ministério.

### 3.2 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

Quanto a SUSEP, a competência privada está especificada no art. 8º do decreto 81.402/78, na qualidade de órgão executivo e fiscalizador da política das EAPPs, nos seguintes termos:

- processar os pedidos de autorização para a constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas, opinar sobre tais pedidos e encaminhá-los ao ministro;

- baixar instruções relativas à regulamentação das atividades das entidades abertas e aprovar seus planos de benefícios, de acordo com as diretrizes do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados);

- fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística, fixadas pelo CNSP.

- fiscalizar as atividades das entidades abertas, inclusive quanto do exato cumprimento da legislação e das normas em vigor e aplicar as penalidades cabíveis;

- preceder a liquidação das entidades abertas que tiverem cassada a autorização para funcionar no país;

- estabelecer condições para a posse e para o exercício de



quaisquer cargos de administração de entidades abertas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos fiscais ou assemelhados segundo normas que forem expedidas pelo CNSP;

- autorizar a movimentação e liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia de capital das reservas técnicas e dos fundos especiais das entidades abertas;

- proceder à inscrição dos corretores de planos previdenciários, de entidades abertas, fiscalizar-lhes a atividade e aplicar-lhes as penas cabíveis;

- promover junto aos órgãos do poder público, instituições financeiras em geral e sociedades mercantis, as providências necessárias à salvaguarda da inalienabilidade dos bens garantidores do capital, reservas técnicas e fundos especiais das entidades abertas;

- nomear o diretor fiscal para entidades abertas do CNSP.

### 3.3 CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN

É um dos órgãos que constituem o sistema financeiro nacional, tendo sido criado, em substituição do conselho da superintendência da moeda e do crédito, pela “Lei 4.595, de 31-12-64”.

Foi a Lei 6.435/77 que, pelos seus artigos. 15º e 40º, perfeitamente idênticos no que respeita do capítulo e aos primeiros parágrafos, pois um está no capítulo “das entidades abertas” e o outro está no capítulo das “entidades fechadas”, estabelece que, para garantia de todas as suas obrigações, as entidades abertas e fechadas constituirão reservas técnicas, fundos especiais e provisões em conformidade com os critérios fixados ou pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social, além das reservas e fundos determinados por leis especiais, e que as aplicações dessas reservas e fundos

serão feitas conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

O CMN estabelece as regras de investimento, independentemente de qualquer interferência ou orientação dos órgãos normativos e executivos do sistema de previdência privada.

O CMN não pode atuar como órgão normativo das entidades neste domínio, porque não conhecendo as necessidades técnicas da instituição, não pode resolver sobre matéria tão importante.

## **4 ASPECTOS OPERACIONAIS E CONTÁBEIS**

Os aspectos operacionais dos planos comercializados pelas EAPPs deverão ser colocados à disposição do proponente previamente à contratação, sendo remetido ao participante no ato da inscrição, como parte integrante da respectiva proposta adquirida.

### **4.1 PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS REQUERIDAS PELOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES NOS REGULAMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS.**

A estrutura e as características de cada produto comercializado pelas EAPPs têm que constar no regulamento dos respectivos produtos comercializados pela mesma, o qual se constitui nos termos gerais ou condições gerais dos contratos previdenciários efetuados pelos que neles se inscrevem.

Segundo o art. 21 da lei 6.435/77, deverão constar os dispositivos legais que indiquem as condições gerais de admissão dos participantes nos planos, com o fim de evitar que tanto o proponente como o participante se inscreva num plano que pode não corresponder às suas necessidades, exige que constem no regulamento dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados dos participantes das entidades abertas.

Segundo a lei 6.435/77, segue abaixo os principais itens de informações que deverão constar no regulamento para o conhecimento do participante, inclusive informações financeiras e atuárias. As informações estão a seguir:

- das características; neste item deverá constar o tipo de benefício oferecido, e seu respectivo regime financeiro, bem como se o plano

permite a concessão de resgate. Deverá constar o número do respectivo processo administrativo aberto nesta Autarquia.

- do objetivo; deverá constar a descrição sucinta do benefício oferecido, explicitando qual o evento gerador do benefício (sobrevivência, morte ou invalidez).

- das definições; refere-se a conceitos que deverão contemplar por ordem alfabética todas as definições dos termos técnicos utilizados no regulamento do plano, tais como, regime financeiro, período de carência, período de cobertura, regulamento, certificado do participante etc. Tais conceitos deverão estar adequados às normas vigentes e à (s) modalidade (s) de benefício (s) oferecida (s) no plano.

- das condições de ingresso, manutenção e cancelamento: apresentar a idade mínima e máxima de ingresso no plano. A aceitação da proposta de inscrição é automática, caso não haja manifestação em contrário por parte da EAPP, num prazo máximo de 15 dias, contados da data de seu recebimento. Esclarecer que a não aceitação da proposta de inscrição será comunicada pela EAPP por escrito ao interessado, fundamentada na legislação vigente, com a conseqüente devolução dos valores já pagos, atualizados monetariamente pelo indexador previsto na legislação vigente até a data da efetiva restituição. É obrigatória a inclusão de cláusula em contrato de seguro e de previdência privada aberta estabelecendo a notificação prévia para pagamento das parcelas em atraso, com antecedência de, pelo menos, 10 (dez) dias antes do término do prazo avançado para reabilitação da cobertura.

- do pagamento da contribuição; deverão constar explicitamente no regulamento os valores dos encargos adotados, no caso de atraso nas contribuições. Informando que a multa de mora deve ser limitada a 2%. Esclarecer que, quando o pagamento for feito mediante ficha de compensação ou equivalente, esta será enviada pela EAPP, diretamente ou pelo correio, com antecedência de, pelo menos, 10 (dez) dias da data do seu vencimento.

- da atualização; deverá constar no regulamento o índice a ser utilizado na atualização dos valores, a periodicidade anual de atualização dos valores das contribuições e benefícios. Fica facultado o estabelecimento de uma data-base para a aplicação da atualização dos valores de contribuição ao invés da atualização em cada aniversário do contrato. Os benefícios após a concessão terão que ser atualizados anualmente no aniversário do evento. Para planos custeados mediante contribuição única ou anual, o benefício deverá ser atualizado com base no índice pactuado até a data do evento gerador. Deverá constar no regulamento e as respectivas fórmulas na Nota Técnica Atuarial (NTA) em que os benefícios a partir de sua concessão deverão ser atualizados anualmente e acrescido dos resultados provenientes das respectivas provisões matemáticas. Ficam as EAPPs que comercializarem planos cujos benefícios sejam pagos por sobrevivência do participante, estruturados na modalidade benefício definido, obrigadas a inserir em seus regulamentos, propostas e contratos, cláusula de repactuação anual, de modo a possibilitar a recomposição do valor do benefício inicialmente contratado, pela variação integral do índice pactuado. Deverá constar na NTA as respectivas formulações. Além disso, o regulamento deverá contemplar as informações que constarão nos extratos que serão remetidos anualmente aos participantes para fins de repactuação. Deverá constar no regulamento que as provisões matemáticas serão atualizadas mensalmente pelo índice pactuados no contrato. Os valores devidos devem ser atualizados desde o momento em que se tornarem exigíveis até a data do efetivo pagamento pelo indexador previsto nas normas vigentes.

- do carregamento; é o percentual incidente sobre as contribuições comerciais ou fundo acumulado, para fazer face às despesas de corretagem, colocação e administração do plano.

- do benefício; especificar os documentos necessários à comprovação do evento, que a Entidade exigirá do participante ou

beneficiário(s) para efetuar o pagamento dos benefícios. O prazo para apreciar os documentos e efetuar o pagamento de benefício é de até 30 (trinta) dias, contado da data da entrega dos mesmos. Nos contratos de seguro e de previdência privada aberta é vedada a inclusão de cláusulas estabelecendo ônus de provar a quitação dos prêmios e contribuições, respectivamente, para quaisquer efeitos. Somente em caso de dúvida fundada é justificável a exigência de outros documentos para a habilitação, além dos contratualmente previstos.

- do beneficiário: é a pessoa indicada pelo participante, para receber quaisquer valores garantidos no plano, em decorrência do evento gerador. Não havendo beneficiário indicado, serão considerados os herdeiros legais.

- dos resgates: o resgate relativo às contribuições efetivamente pagas pelo participante deverá ser estabelecido de forma obrigatória, quando tecnicamente possível, nos planos cujo evento gerador seja a sobrevivência, independente do número de contribuições efetuadas, sendo facultada a fixação de um prazo para efetivação do pagamento, não superior a 24 meses, contados da data de inscrição do plano. O resgate é vedado sob a forma de renda. Na modalidade de plano com o fundo sendo acumulado de forma financeira, em caso de óbito ou invalidez do participante durante o período de deferimento, o fundo deverá ser disponibilizado ao beneficiário ou ao próprio participante, não podendo tais valores garantidos serem apresentados no regulamento do plano como benefícios.

- das transferências: deverá constar no regulamento que o participante estará isento de qualquer despesa decorrente da transferência de reservas entre Entidades de Previdência.

- A divulgação de informações: a contratação de qualquer plano previdenciário estabelecerá a obrigatoriedade de a EAPP prestar ao participante as informações necessárias ao acompanhamento dos valores

inerentes ao plano, bem como emitir e remeter extratos previdenciários. A periodicidade de remessa de extratos previdenciários deverá constar no Regulamento e no Contrato, devendo ser, no máximo de 6 (seis) meses e conter pelo menos o valor do benefício ou do saldo atualizado do fundo de reserva acumulado. Deverá constar no regulamento que, independente da emissão do extrato, a EAPP deverá prestar informações sempre que solicitadas pelo participante.

- do excedente financeiro; deverá contemplar o percentual de reversão de excedente financeiro a ser repassado ao participante, bem como a periodicidade de reversão do excedente à Reserva Matemática do participante. Esclarecer se os excedentes serão apurados somente na fase de pagamento das contribuições, ou se também no período de concessão de benefícios. No conceito de excedente financeiro deverá constar a remuneração mínima garantida no plano (indexador utilizado na atualização e a taxa de juros).

- as disposições gerais; nos contratos de seguro, de capitalização e de previdência privada aberta o foro de eleição é o do domicílio do consumidor. Nos contratos de seguros, de capitalização e de previdência privada aberta deverá ficar estabelecido que os tributos serão pagos por quem a lei determinar, não podendo haver estipulação em contrário. Informar que o regulamento será entregue ao participante no momento da subscrição da proposta. As cláusulas relativas às obrigações e as restritivas aos direitos dos participantes deverão ser redigidas em destaque, em linguagem de fácil compreensão, permitindo seu imediato e amplo entendimento.

## 4.2 REGIMES FINANCEIROS

O Estado, quando toma o encargo de administrar a previdência social, compromete-se assegurar o desempenho da instituição sem soluções de

continuidade, garantindo aos beneficiários o pagamento pontual dos benefícios, a que têm direito. Na verdade, ano a ano, é previsto o montante dos benefícios a pagar, e fixadas as contribuições que, conjuntamente, com os eventuais rendimentos delas, terão de lhes fazer face, pois as receitas do sistema têm de corresponder às despesas do sistema de acordo com cada ano.

No caso de uma entidade de previdência privada, depois de ter estruturado um plano previdenciário, isto é, ter considerado as necessidades previdenciárias de uma população que achou de interesse satisfazer, ter definido os benefícios que as satisfarão, as condições em que os concederá, etc., ela terá de definir o custo de tal plano e, mais do que isso, ela terá de definir a forma de conseguir os recursos indispensáveis para o suportar.

Tais definições não são fáceis, pois os cálculos atuariais só são feitos depois da entidade construir um rosário de normas, onde são fixadas as condições a que as pessoas têm que obedecer, para poderem ser inscritas no que respeita ao sexo ou a idade, e/ou à sua condição social e/ou à sua condição dentro da instituição da família, etc.

As características dos benefícios que serão concedidos se houver benefícios básicos e acessórios, a relação que deve existir ou não entre eles, quando começam e quando se extinguem, as suas ligações com os respectivos fatos gerados, isto é, por exemplo, se o fato é a morte natural ou a morte por acidente, as pessoas a quem serão concedidos e as condições a que terão de satisfazer, etc., pois cada uma destas hipóteses tem de ser prevista, para então serem quantificadas em termos de custo do nível do plano.

Estas normas são estabelecidas pelos especialistas em atuária, segundo o critério que entenda melhor, para que a entidade consiga da forma mais objetiva e acessível os recursos para o desenvolvimento do plano.

Esses critérios não são livremente escolhidos, mas determinados pela norma do órgão normativo - CNSP e constituem os Regimes Financeiros, que também denominados de Registros de Repartição, consistem nas técnicas



utilizadas para promover a repartição de custos entre os participantes e/ou patrocinadores dos planos de previdência social ou complementar privada.

A lei 6.435/77 só indiretamente fala nos regimes financeiros, quando depois de estabelecer que todos os planos de benefícios deverão ser avaliados atuarialmente em cada balanço, por entidade ou profissional legalmente habilitado, estabelece que nessas avaliações, deverão ser observadas as condições fixadas pelo órgão normativo a respeito de regimes financeiros, tábuas biométricas e taxas de juros.

Os contratos previdenciários são normalmente plurianuais, a possibilidade de verificação do evento só raramente se esgota num ano, parte das contribuições são recebidas a título de poupança, e maior parte dos benefícios é pago em relação a cada beneficiário de forma continuada e por um número de anos indeterminado (muitos ou poucos de harmonia com o número de anos que ele viver), quando as contribuições respectivas há muito que foram recebidas.

Compreende-se assim, que os planos previdenciários só em casos muitos simples, possam ser estruturados no regime financeiro de repartição.

#### 4.2.1 Regime Financeiro de Repartição

É um regime constituído em equilíbrio de receita e despesa, em períodos anuais ou plurianuais. Deve ser adotado apenas para pagamentos de benefícios únicos, como pecúlios e auxílios. Neste regime praticamente não há constituição de reservas, exceto para garantia de eventos já ocorridos ou para o período a decorrer. Este regime exige o rejuvenescimento da massa de participação para evitar a elevação da taxa de custeio do grupo ao longo do tempo. É o procedimento utilizado em nossa previdência social.

#### 4.2.2 Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura

É um regime adotado para os planos de pensão e também não forma reservas para grupos de participantes ativos. Porém, em cada exercício, são formadas reservas de médio e longo prazo para os eventos ocorridos no período sob avaliação. As taxas de custeio requerem também o rejuvenescimento da massa.

Tomando como exemplo o conjunto de inscrições num plano de pensão a ser pago por morte dos participantes às respectivas viúvas, o plano tem que ser calculado de forma que as contribuições a serem cobradas num exercício econômico, sejam suficientes para ocorrer do montante das reservas matemáticas constituídas para garantirem o pagamento das pensões das viúvas dos participantes que morrerem nesse exercício econômico.

#### 4.2.3 Regime Financeiro de Capitalização

Esse regime é o mais indicado e adotado, considerando-se a capitalização sob o efeito contingencial, pelas características dos riscos avaliados (morte, sobrevivência, invalidez, etc.). É entendimento geral que as normas se refiram a uma capitalização nivelada ao longo do tempo, isto é, aquela que estabeleça taxas constantes na relação contribuição/benefício. O termo capitalização nivelada é amplo. Toda vez que há sobras, as mesmas são aplicadas produzindo provisões, efetivamente estará sendo capitalizada. Isso pode conduzir a várias reflexões, mas o que se deve entender como regime de capitalização a ser adotado é o da capitalização individual contingencial.

Neste regime todos os benefícios (concedidos e a conceder) são contemplados na repartição, fazendo-se o recolhimento das parcelas respectivas. Assim, os participantes em atividade têm as suas provisões de

benefícios a conceder sendo constituídas gradativamente até que, por sua vez, entrem em gozo de benefício.

De acordo com POVOAS (1985, p.124), o estudo define regime de capitalização como:

[...] aquele em que as despesas com os benefícios, sob a forma de pagamento continuado ou de pagamento único são estimados, conjuntamente, com relação a todos aqueles que serão concedido nos exercícios futuros, cada qual tido como um exercício inicial de concessão – considerada a manutenção do compromisso nos respectivos exercícios subseqüentes, no caso de benefícios sob a forma de pagamento continuado e cujo custeio é garantido pelos sucessivos capitais de cobertura que serão constituídos, por meio de contribuições previamente fixadas e nivelados, além das rendas geradas por investimentos realizados com as disponibilidades desses capitais desde o início de sua formação.

Pela legislação brasileira, este regime é obrigatório para a geração das rendas dos participantes, tanto nas Entidades Abertas quanto nas Fechadas, da previdência privada.

#### 4.3 PROVISÕES TÉCNICAS OU MATEMÁTICAS

Os regimes financeiros objetivam a avaliação dos planos de benefícios, de forma que as contribuições sejam suficientes para que, no conjunto dos inscritos de um plano, os benefícios sejam pontualmente pagos; mas para que isso aconteça é necessário que as entidades constituam e invistam nas necessárias reservas técnicas.

A recente Resolução CNSP n.º 36 de 08/12/2000 aprovou as normas para constituição das Provisões técnicas das sociedades seguradoras, Entidades Abertas de previdência privada e sociedades de capitalização. A resolução aboliu por completo o termo reserva técnica ou reserva matemática, passando a prevalecer à nomenclatura "provisão técnica", normal entre os contadores, desprezando-se o termo reserva, freqüentemente usado entre os

especialistas em atuária. A justificativa dada pelos técnicos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) prende-se ao fato de que para fins do fisco, é entendimento da Receita Federal que Provisão pode ser dedutível na declaração de Imposto de Renda das sociedades, o que não se aplica à reserva.

Estas provisões técnicas ou matemáticas são as mais importantes no processo técnico da previdência privada e existem tanto nos contratos em caso de vida, como nos contratos em caso de morte, como nos contratos mistos.

Pode-se conceituar a provisão matemática, como o fundo que a entidade tem que possuir para poder cumprir integral e pontualmente os compromissos que assumiu para com a massa dos seus participantes. Este fundo é formado com a parte das contribuições que a entidade, de harmonia com regras determinadas pelo cálculo atuarial, guarda e capitaliza.

Explicando melhor, poderia dizer que a provisão matemática é a diferença entre os valores atuais dos compromissos do segurador para com os segurados e os destes para com o segurador. Em última análise estas provisões são um depósito gerido pelo segurador por conta dos segurados. A provisão matemática também é constituída pelas Entidades de Previdência Privada, tanto Abertas quanto Fechadas.

#### 4.3.1 Classificação das Provisões Técnicas

##### 4.3.1.1 Classificação Técnica não Comprometida:

- provisão matemática de benefícios a conceder;
- provisão de oscilação de riscos;
- provisão de riscos não expirados.

#### 4.3.1.2 Classificação Técnica Comprometida:

- provisão matemática de benefícios concedidos;
- provisão matemática de obrigações em curso;
- provisão de benefícios aliquidar;
- provisão de rendas vencidas e não pagas.

A classificação das provisões técnicas em comprometidas e não comprometidas objetiva facilitar o processo de aplicação dos respectivos fundos, preservando a necessária liquidez nas várias situações possíveis. As provisões técnicas não comprometidas correspondem aos riscos de futuros eventos aleatórios e referem-se a provisões de riscos não expirados e às provisões matemáticas. As provisões técnicas comprometidas são destinadas ao atendimento de eventos já ocorridos e podem referir-se a sinistros a liquidar e a seguros vencidos. Também, através de Resolução 13 de 21/05/76, o CNSP estabelece as penalidades a serem aplicadas às sociedades seguradoras e de capitalização por descumprirem suas obrigações legais e define como crime contra a economia popular a insuficiência de provisões técnicas.

Uma das características principais de poupança gerada pela instituição da previdência privada é a sua duração, pois ela pode ser utilizada em investimentos que respeitam a projetos econômicos de longa duração, mas de tal forma que não percam jamais a possibilidade de desmobilização para a necessária liquidez.

A característica da liquidez dos valores de rendimento, em que são investidos os fundos das provisões técnicas que têm que obedecer, não significa que tais valores devam ter mercado imediato, mas mercado dentro de um prazo curto, que seria o que o processo do pagamento de indenização permitiria.

Em previdência privada, o único caso que poderá eventualmente criar

problemas de liquidez, é o de pecúlios. O problema da liquidez terá de, em curto prazo, receber a solução que exige, que em nosso entender terá de ser institucional e baseada no esforço que cabe a entidade operadora fazer, para constituir um fundo com liquidez imediata a que todos possam recorrer quando necessitem, o que permitirá um melhor aproveitamento do potencial rentável das provisões técnicas, ao mesmo tempo em que permitirá um melhor aproveitamento social destas.

#### 4.3.2 Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

Refere-se a provisão técnica não comprometida, e é constituída mensalmente pelas EAPPs, correspondendo aos compromissos da entidade para com os seus participantes dos respectivos planos, relativamente aos benefícios a conceder por rendas e pecúlios, sob o regime financeiro de capitalização. E vão acumulando durante o tempo de contribuição pelo participante.

#### 4.3.3 Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

O momento em que o participante de um contrato de aposentadoria por tempo de contribuição, passa à posição de aposentado, é constituída a provisão matemática de benefícios concedidos, correspondentes ao valor da responsabilidade da entidade, nesse momento, pelo pagamento da renda de aposentadoria, e cancelada a provisão matemática de benefícios a conceder. Em princípio elas devem ser iguais, mas admite-se que, possam ser diferentes, pois a entidade no momento da constituição da provisão matemática de benefícios concedidos pode ter elementos que lhe permitam um cálculo mais ajustado à realidade.

#### 4.3.4 Provisão Matemática de Obrigações em Curso

Estas provisões correspondem, ao valor da responsabilidade da entidade, no momento em que inicia o pagamento de pensões por morte do participante. Estas provisões matemáticas têm a mesma fisionomia das provisões matemáticas de benefícios concedidos e só tomaram outro nome, para se saber que a realidade a que respeitam são contratos de renda em que os benefícios são pagos por morte do participante (pensão).

Fica assim a noção do que são provisões matemáticas de contratos de previdência privada em caso de morte; em caso de vida; mistos; e o significado das provisões matemáticas de benefícios concedidos e provisões matemáticas de obrigações em curso.

#### 4.3.5 Provisões de Benefícios a Liquidar e Provisões de Rendas Vencidas e não Pagas

Estas duas provisões atendem à mesma realidade, elas são constituídas como uma provisão para os benefícios já gerados e que por qualquer razão não foram pagos. Exemplo: morreu um participante cujos benefícios subscritos eram um pecúlio aos pais e uma renda vitalícia à esposa.

No caso do pecúlio, independentemente da habilitação por parte dos beneficiários, a entidade deve constituir sempre, imediatamente após ter tido conhecimento do evento, uma provisão correspondente ao valor do pecúlio isto significa que, mesmo que o processo de habilitação leve tempo e, às vezes leva muito tempo, a responsabilidade da entidade já está devidamente registrada e, mais do que isso, o fundo respectivo foi formado; isto é, do ponto de vista contábil, foi escriturado no passivo, e os valores em que foi investido o fundo, foram escriturados no ativo.

Isto é da maior importância, pois de outra forma poderia ficar sem registro, uma responsabilidade perfeitamente definida entidade, durante o ano civil em que o evento ocorrer, responsabilidade essa que, pelo jogo fiscal do balanço, determinaria indevidas distribuições de lucros, pagamento de impostos, etc.

No caso da pensão à viúva, quando se trata das provisões matemáticas que a entidade tem conhecimento do evento, deve constituir a provisão matemática de obrigações em curso. como para o cálculo desta reserva se necessita a idade da beneficiária, pode acontecer que tal elemento não conste no cadastro.

Construída a provisão matemática de obrigações em curso se por dificuldades que impedem a habilitação do beneficiário aos benefícios ou por qualquer razão, a entidade deixar de pagar as pensões, tem que constituir a provisão de rendas vencidas e não paga, que não é mais que uma “provisão contábil”, que a lei exige que seja investida de acordo com a norma.

#### 4.3.6 Provisão de Riscos não Expirados

Em todos os ramos de seguros de coisas existe uma provisão com este nome, também conhecida por provisão de prêmios, e de lógica irrefutável. Na verdade, toma-se como exemplo os seguros de automóvel de prêmio anual. Como a emissão das respectivas apólices se faz ao longo de todo o ano, quando o exercício econômico da seguradora é fechado em 31 de dezembro, os prêmios cobrados não constituem prêmios ganhos. Isso só aconteceria se todas as apólices fossem emitidas em 1º de janeiro. A seguradora, sob pena de desequilíbrio não pode, assim, apropriar contabilmente os prêmios cobrados.

A criação desta provisão na previdência privada não encontra o mesmo fundamento; primeiro porque muitos planos são estruturados no regime



financeiro de capitalização. Aceita-se, no entanto, que esta provisão é salvar, na medida em que ocorrem certas situações em que a entidade recebe a contribuição e não constitui nenhuma provisão para a responsabilidade que assume, como por exemplo, no caso de um contrato de pensão à esposa estruturado no regime de repartição de capitais de cobertura, à contribuição única.

#### 4.3.7 Provisão de Oscilação de Riscos

Também esta provisão tem uma função contingencial, que é constituída, anualmente, de forma cumulativa e continuada aplicando-se o percentual de 15% do montante da receita anual de contribuição para o respectivo plano.

A característica desta provisão, em relação à de riscos não expirados, lê que é cumulativa, isto é, cresce continuamente (o crescimento só pode ser interrompido se a sinistralidade for superior a 70%, caso em que a reserva poderá ser utilizada), e pode incidir sobre as contribuições dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, dos planos bloqueados.

Esta provisão de oscilação de riscos tem sido muito criticada e, no entanto, ela é perfeitamente justificável e mais do que isso é de uma lógica irrefutável, em todos os pormenores da sua constituição. Na verdade, os contratos previdenciários são, plurianuais, quase sempre de longa duração sujeitas a desvios na materialização dos riscos em relação ao previsto no respectivo plano tanto positivos (por exemplo: mortalidade inferior à prevista) e que são especialmente preocupantes nos primeiros anos de atividade de uma entidade, como agora acontece, quanto ao parque das operadoras sob a forma jurídica de sociedades anônimas está em formação.

Esta provisão atua, também como mecanismo de preservação da

entidade – sociedade anônima – em relação ao imposto de renda, evitando que os resultados apareçam empolados pelo desempenho anormalmente positivo dos planos e sejam injustificadamente tributados. Diz a resolução CNSP de 10/83 no seu item 48.1 que “em qualquer plano estruturado no regime de capitalização, será facultativa a constituição desta provisão”.

Estas provisões são constituídas exclusivamente pelas entidades abertas sem fins lucrativos. Segundo a norma (resolução CNSP 10/83 item 35 e 35.1) esta provisão será constituída anualmente, na base mínima de 50% do resultado do exercício, até o limite de 10% da soma dos valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos, de benefícios a conceder e de obrigações em curso, corresponde ao respectivo exercício devendo entender-se como resultado do exercício a diferença positiva entre as contribuições e os dispêndios com benefícios, custos de operações e variação de provisões técnicas, acrescentando-se a esta diferença, os ganhos patrimoniais e de investimento relativos à cobertura de provisões técnicas.

O investimento destas provisões é livre, na medida em que elas não são classificadas nem como comprometidas nem como não comprometidas. Os montepios devem a sua sobrevivência à liberdade em que sempre viveram; é certo que essa mesma liberdade sacrificou muitos participantes e muitas entidades. Isso que dizer, que é necessário opinar sobre a conveniência de normas compulsórias para a inversão dessas provisões, já que elas, não são mais do que fundos de solvência.

#### 4.4 NORMAS CONTÁBEIS DE PLANO DE CONTAS DAS SOCIEDADES PREVIDENCIÁRIAS

O plano de contas das sociedades de previdência privada tem por finalidade uniformizar os registros contábeis, racionalizar a utilização das

contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas, expressem, com fidedignidade e transparência, a situação econômica -financeira das sociedades seguradoras.

De acordo com a circular SUSEP nº 226 de 17/02/03 (Anexo I), A escrituração deverá incluir todas as operações ou transações que envolvam responsabilidade da sociedade e modifiquem ou possam vir a modificar a composição de seu patrimônio. As receitas e despesas administrativas, financeiras, patrimoniais, operacionais e não operacionais serão escrituradas no período em que elas ocorrem, observando o regime de competências.

A escrituração das operações deve obedecer às normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a contabilização será centralizada na sede da sociedade ou, no caso de filial de sociedade estrangeira, em sua representação legal no Brasil, utilizando-se registros auxiliares obrigatórios conforme as disposições previstas em leis, regulamentos, resoluções do CNSP e circulares da SUSEP.

É permitida a existência de registros auxiliares obrigatórios nas sucursais das sociedades. São registros auxiliares do sistema de contabilização, para as sociedades que operam com previdência complementar aberta, os registros de:

- recebimento das contribuições por participantes de cada plano de benefícios, discriminando os valores recebidos no mês;
- beneficiários de pecúlios, discriminando as solicitações de habilitações dos benefícios;
- beneficiários de rendas, discriminando, pelo respectivo tipo de plano e regime financeiro, as solicitações de habilitações dos benefícios feitas no mês;
- pagamento de resgates, discriminando, pelo respectivo tipo de

plano e regime financeiro, as solicitações de resgate feitas no mês;

- admissões, exclusões e readmissões, detalhado por planos de benefícios.

#### 4.4.1 Codificação do Plano de Contas

Segundo a circular SUSEP nº 226 de 07/02/03 (Anexo I), descreve o plano geral de codificação com o emprego de três códigos distintos:

- o primeiro código, constituído de um número de 8 (oito) algarismo, indica da esquerda para a direita: 1º algarismo – a classe, 2º algarismo – o grupo, 3º algarismo – o subgrupo, 4º algarismo – a conta, 5º algarismo – a subconta, 6º algarismo – desdobramento da subconta, quando necessário, 7º algarismo – segundo desdobramento da subconta, quando necessário, 8º algarismo – terceiro desdobramento da subconta, quando necessário. Exemplo:

1 – Classe	Ativo
11 – Grupo	Circulante
111 – Subgrupo	Disponível
1114 – Conta	Aplicações no mercado aberto

- o segundo código, constituído por 4 (quatro) algarismos indica o ramo ou a modalidade do seguro ou plano de benefício, podendo ser utilizado nas classes de contas patrimoniais (1 e 2) e nas contas de resultado (3). No ramo da previdência privada complementar, utiliza-se o segundo código somente para as contas de resultado. Exemplo:

Grupo 33 – Operações de Previdência Privada Aberta

- o terceiro código, de uso facultativo será utilizado pelas sociedades para as indicações que julgarem necessárias às suas operações e relatórios contábeis, estatísticos ou de outra natureza.

#### 4.4.2 Plano de Contas

O plano de contas classifica as contas em 3 classes:

- contas de ativo, iniciadas pelo número 1.

Exemplo:

Classe 1 – ativo;

Grupo 11 – circulante;

Grupo 12 – realizável a longo prazo

Grupo 14 – permanente

Grupo 19 – compensação.

- contas de passivo, iniciadas pelo número 2.

Exemplo:

Classe 2 – passivo

Grupo 21 - circulante

Grupo 22 – exigível a longo prazo.

- contas de resultado, iniciadas pelo número 3. Exemplo:

Grupo 33 OPER. DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

Subgrupo 331 – rendas de contribuições retidas

Subgrupo 332 – variações das provisões técnicas

Como forma de segregar as operações as contas de resultados estão subdivididas da seguinte forma:

- seguro, nº 31;
- resseguros, nº 32;
- previdência Complementar Aberta, nº 33;
- capitalização, nº 34;
- despesas Administrativas, nº 35;
- resultado Financeiro, nº 36;

- resultado Patrimonial, nº 37;
- resultado não operacional, nº 38;
- e ainda outras contas de impostos e participações sobre o lucro, nº 39.

As “classes” compreendem vários “grupos”, os quais se desdobram em “subgrupos”; estes em “contas” e estas em “subcontas”.

#### 4.4.2.1 Classe de Contas Patrimoniais

Classe 1 – ativo;

Grupo 11 – circulante;

Grupo 12 – realizável a longo prazo;

Grupo 14 – permanente;

Grupo 19 – compensação.

Classe 2 – passivo

Grupo 21 - circulante

Grupo 22 – exigível a longo prazo

Grupo 23 – resultado de exercícios futuros

Grupo 24 – patrimônio líquido

Grupo 29 – compensação

#### 4.4.2.2 Classe das Contas de Resultado

Demonstraremos abaixo, as classes das contas de resultado relacionadas a todas as operações, como: ramo de seguros, capitalizações, resseguros e previdência privada; para um melhor entendimento da codificação dos planos

de contas, referente ao segundo código:

**Classe 3 – contas de resultado**

**Grupo 31 – operações de seguros**

Subgrupo 311 – prêmios ganhos

Subgrupo 312 – sinistros retidos

Subgrupo 313 – despesas de comercialização

Subgrupo 314 – outras receitas e despesas operacionais

**Grupo 32 – operações de resseguros**

Subgrupo 321 – prêmio ganho

Subgrupo 322 – sinistro retido

Subgrupo 323 – despesa de comercialização

Subgrupo 324 – outras receitas e despesas operacionais

**Grupo 33 – operações de previdência privada aberta**

Subgrupo 331 – rendas de contribuições retidas

Subgrupo 332 – variações das provisões técnicas

Subgrupo 333 – despesas com benefícios e resgates

Subgrupo 334 – despesas de comercialização

Subgrupo 335 – outras receitas e despesas operacionais

**Grupo 34 – operações de capitalização**

Subgrupo 341 – receitas com títulos de capitalização

Subgrupo 342 – variações das provisões técnicas

Subgrupo 343 – despesas com sorteios e resgates

Subgrupo 344 – despesas de comercialização

Subgrupo 345 – outras receitas e despesas operacionais

**Grupo 35 – despesas administrativas**

Subgrupo 351 – pessoal

Subgrupo 352 – serviços de terceiros

Subgrupo 353 – localização e funcionamento

Subgrupo 354 – publicidade e propaganda



Subgrupo 355 – tributos

Subgrupo 356 – publicações

Subgrupo 357 – donativos e contribuições

Subgrupo 358 – diversas

Grupo 36 – resultado financeiro

Subgrupo 361 – receitas financeiras

Subgrupo 362 – despesas financeiras

Grupo 37 – resultado patrimonial

Subgrupo 371 – receitas patrimoniais

Subgrupo 372 – despesas patrimoniais

Grupo 38 – resultado não operacional

Subgrupo 381 – resultado na alienação de bens do ativo permanente

Subgrupo 382 – resultado de outras operações

Subgrupo 383 – perda na reavaliação de imóveis

Grupo 39 – impostos e participações sobre o resultado

Subgrupo 391 – impostos e contribuições

Subgrupo 392 – participações sobre o resultado



## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do tema proposto neste trabalho enfocou as normas e conceitos das diretrizes das EAPPs, isto é, englobando os procedimentos legais e as principais exigências para funcionamento das mesmas.

Os procedimentos legais e as exigências integram a metodologia aplicada às entidades previdenciárias, que por sua vez, são reguladas e fiscalizadas por órgãos de caráter governamental, assegurando assim, as responsabilidades das seguradoras para com os participantes.

Para entendimento da previdência privada e seu principal papel na sociedade, foi necessário que se comentasse um pouco de suas raízes históricas no Brasil.

Apesar do tema estar voltado aos aspectos operacionais e contábeis dentro do ramo de contabilidade previdenciária aplicada às EAPPs, tratou-se o tema com maior abrangência, no entanto, não desvinculou-se o trabalho do seu foco principal. Parte do conteúdo abrange modalidades que relatam aspectos não contábeis de previdência, mas que estão ligadas indiretamente na conclusão dos objetivos desse ramo.

Foi esclarecida com abrangência a função de cada um dos órgãos normativos e fiscalizadores das entidades seguradoras. Cada órgão desempenha um papel fundamental, na regulamentação das normas gerais de contabilidade, bem como de outras modalidades específicas.

Conhecendo as normas e regulamentos impostos por cada um dos órgãos, torna-se fácil compreender a formação da estrutura das entidades previdenciárias, abrangendo as diretrizes contábeis e financeiras.

Portanto, tudo aquilo que foi proposto no trabalho descrito, foi conceituado da melhor maneira possível, ficando assim concluída a presente monografia. Saliento também que, esta monografia não esgota o assunto

proposto e sugiro novas pesquisas sobre o tema, pois foi de grande valia para a minha formação acadêmica.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, L. E. **Previdência Social e Fundos de Pensão**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1996.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA PRIVADA (ANAPP). **Mercado Brasileiro: A História da Previdência Privada no Brasil**. Disponível em: <http://www.anapp.com.br>.> acesso em 02 out. 2003

BOM ÂNGELO, E.. **Tendências da Previdência Privada no Brasil**. São Paulo: Pactual, 1997.

BRASIL. Decreto-lei Nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978. Disponível na internet <http://www.susep.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2003.

BRASIL, Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. Disponível na internet <http://www.susep.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2003

BRASIL, Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Disponível na internet <http://www.susep.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2003.

BRASIL, Resolução CNSP nº 025, de 22 de dezembro de 1994. Disponível na internet <http://www.dekuhl.adv.br/legislacao/resolucoes/...ocnsp025-94.asp>>. Acesso em: 03 out. 2003.

BRASIL, Resolução CNSP nº 036, de 08 de dezembro de 2000. Disponível na internet <http://www.dekuhl.adv.br/legislacao/resolucoes/...ocnsp036-00.asp>>. Acesso em: 03 out. 2003.

CARVALHO, J. L. **A Utilização de Derivativos na Composição das Reservas Técnicas de Seguradoras, Empresas de Previdência Privada e de Capitalização**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2002.

CIRCULAR SUSEP n.º 226, de 17 de fevereiro de 2003. Disponível na internet <http://www.susep.gov.br>.> acesso em: 10 set. 2003.

CIRCULAR SUSEP n.º 233, de 4 de agosto de 2003. Disponível na internet <http://www.susep.gov.br>.> acesso em: 10 set. 2003.

DORNELLES, A A. L. **Previdência Privada no Brasil**. Disponível em: <http://www.anapp.com.br>.> Acesso em: 10 set. 2003

.Disponível:whhttp://www.finteramericana.org/paises/brasil/documentos/publicac/brasil\_pub25.htm. > Acesso em: 10 set. 2003

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, A. C. **Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1986.

PÓVOAS, Manoel S. S. **Previdência Privada – Filosofia, Fundamentos Técnicos, Conceituação Jurídica**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1985.

PÓVOAS, M S. S. **Na Rota das Instituições do Bem-Estar – SEGURO E PREVIDÊNCIA**. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2000.

RIGUEIRA, H. C. B. **A nova legislação da Previdência Privada**. São Paulo, 2002. Disponível na internet <<http://www.hrservicosatuariais.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2003

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 6º ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

## **ANEXOS**

# ANEXO I PLANO DE CONTAS DAS ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

## Sintético

1	<b>ATIVO</b>
11	<b>CIRCULANTE</b>
111	<b>DISPONÍVEL</b>
1111	CAIXA
1112	VALORES EM TRÂNSITO
1113	BANCOS CONTA DEPÓSITOS
1114	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO
112	<b>APLICAÇÕES</b>
1121	TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS
1122	TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS
1123	TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
1124	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PARTICIPANTES
1126	QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS
1127	APLICAÇÕES NO EXTERIOR
1128	OUTRAS APLICAÇÕES
113	<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES</b>
1131	PRÊMIOS A RECEBER
1132	SEGURADORAS - PAÍS
1133	SEGURADORAS - EXTERIOR
1134	RESSEGURADORAS
1135	VALORES A RECEBER - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
1136	OPERAÇÕES COM REPASSES - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
1137	CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO
1138	OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS
114	<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>
1141	CRÉDITOS A RECEBER
1142	TÍTULOS A RECEBER
1143	EMPRÉSTIMOS
1144	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
1145	ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
1146	ADIANTAMENTOS ADMINISTRATIVOS
1147	DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS
1148	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

115       OUTROS VALORES E BENS  
 1151       BENS A VENDA  
 1152       ALMOXARIFADO  
 1153       DEPENDÊNCIAS NO PAÍS  
 1154       ADIANTAMENTOS ASSISTENCIAIS, CULTURAIS E OUTROS  
 1155       CHEQUES E ORDENS A RECEBER  
 1158       OUTROS VALORES E BENS  
  
 116       **EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS**  
 1161       EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS  
  
 117       **DESPESAS ANTECIPADAS**  
 1171       DESPESAS OPERACIONAIS  
 1172       DESPESAS ADMINISTRATIVAS  
  
 118       **DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS**  
 1181       COMISSÕES DIFERIDAS - SEGUROS  
 1182       COMISSÕES DIFERIDAS - RESSEGUROS  
 1183       COMISSÕES DIFERIDAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
  
 12       **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**  
  
 122       **APLICAÇÕES**  
 1221       TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS  
 1222       TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS  
 1223       TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL  
 1224       ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTE  
 1225       APLICAÇÃO EM INCENTIVOS FISCAIS  
 1226       QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS  
 1227       APLICAÇÕES NO EXTERIOR  
 1228       OUTRAS APLICAÇÕES  
  
 123       **CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES**  
 1231       PRÊMIOS A RECEBER  
 1232       SEGURADORAS - PAÍS  
 1233       SEGURADORAS - EXTERIOR  
 1234       RESSEGURADORAS  
 1235       VALORES A RECEBER - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
 1236       OPERAÇÕES COM REPASSES - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
 1237       CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO  
 1238       OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS  
  
 124       **TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**  
 1241       CRÉDITOS A RECEBER  
 1242       TÍTULOS A RECEBER  
 1243       EMPRÉSTIMOS  
 1244       CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EPREVIDENCIÁRIOS  
 1245       DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS  
 1248       OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

125	OUTROS VALORES E BENS
1251	OUTROS VALORES E BENS
126	EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
1261	EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
128	DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS
1281	COMISSÕES DIFERIDAS - SEGUROS
1282	COMISSÕES DIFERIDAS - RESSEGUROS
1283	COMISSÕES DIFERIDAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
14	PERMANENTE
141	INVESTIMENTOS
1411	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - INVESTIMENTOS NO PAÍS
1412	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR
1413	INCENTIVOS FISCAIS
1414	INVESTIMENTOS EM OURO
1415	IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA
1418	OUTROS INVESTIMENTOS
142	IMOBILIZADO
1421	IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO
1422	EQUIPAMENTOS
1423	MÓVEIS, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS
1424	VEÍCULOS
1425	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO
1428	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES
143	DIFERIDO
1431	DESPESAS DE ORGANIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO
19	COMPENSAÇÃO
191	COMPENSAÇÃO
1911	VALORES A RECEBER - PREVIDÊNCIA COMPLEMENATAR
1912	FATURAS EMITIDAS ANTECIPADAMENTE
1913	IOF DO EXERCÍCIO
1914	PROVISÃO PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS
1918	OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
2	PASSIVO
21	CIRCULANTE
211	DÉBITOS DIVERSOS
2111	OBRIGAÇÕES A PAGAR
2112	IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER
2113	PROVISÕES TRABALHISTAS



2114	EMPRÉSTIMOS
2115	FINANCIAMENTOS
2116	PROVISÃO PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES
2117	DEPENDÊNCIAS NO PAÍS
2118	PROGRAMAS ASSISTENCIAIS E CULTURAIS AOS PARTICIPANTES
2119	OUTRAS CONTAS A PAGAR
212	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS
2121	PRÊMIOS A RESTITUIR
2122	SEGURADORAS
2123	RESSEGUADORAS
2124	COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS
2125	CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS
2128	OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS
213	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
2131	CONTRIBUIÇÕES A RESTITUIR
2132	OPERAÇÕES COM REPASSES
2133	AGENTES E CORRESPONDENTES
2134	MOVIMENTO OPERACIONAL DE RESSEGURO
2135	TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA
2138	OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS
214	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO
2141	DÉBITOS OPERACIONAIS
2142	AGENTES E CORRESPONDENTES
2143	TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA
2148	OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS
215	DEPÓSITOS DE TERCEIROS
2151	ACIONISTAS - CONTA DEPÓSITOS
2152	COBRANÇA ANTECIPADA DE PRÊMIOS
2154	PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS
2155	VALORES A RECLASSIFICAR - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
2156	VALORES A RECLASSIFICAR - CAPITALIZAÇÃO
2158	OUTROS DEPÓSITOS
216	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS
2161	RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO
2162	VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA
2163	RESSEGUADORAS EVENTUAIS
217	PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
2171	PLANOS BLOQUEADOS
2172	PLANOS NÃO BLOQUEADOS
218	PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO
2181	PROVISÃO PARA RESGATES
2182	PROVISÃO PARA SORTEIO
2183	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
2188	OUTRAS PROVISÕES

22	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
221	<b>DÉBITOS DIVERSOS</b>
2211	PAGAMENTOS A EFETUAR
2212	PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS
2213	EMPRÉSTIMOS
2214	FINANCIAMENTOS
2218	OUTRAS EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO
222	<b>DÉBITOS DAS OPERAÇÕES</b>
2221	SEGURADORAS
2222	RESSEGURADORAS
2223	COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS
2224	CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS
2225	DÉBITOS OPERACIONAIS - CAPITALIZAÇÃO
2226	DÉBITOS OPERACIONAIS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
2228	OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS
223	<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS</b>
2231	RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO
2232	VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA
224	<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>
2241	PLANOS BLOQUEADOS
2242	PLANOS NÃO BLOQUEADOS
225	<b>PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO</b>
2251	PROVISÃO PARA RESGATES
2252	PROVISÃO PARA SORTEIO
2253	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
2258	OUTRAS PROVISÕES
226	<b>CONTINGÊNCIAS FISCAIS E TRABALHISTAS</b>
2261	CONTINGÊNCIAS FISCAIS
2262	CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS
23	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>
231	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>
2311	RECEITAS OPERACIONAIS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
2312	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
24	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
241	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
2411	CAPITAL SOCIAL
2412	AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL (EM APROVAÇÃO)
2413	RESERVAS DE CAPITAL
2414	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
2415	RESERVAS DE LUCROS

2416 AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
 2418 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS  
  
 242 PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SEM FINS  
 LUCRATIVOS  
 2421 PATRIMÔNIO SOCIAL  
 2423 RESERVAS PATRIMONIAIS  
 2424 RESERVAS DE REAVALIAÇÃO  
 2425 RESERVAS DE RETENÇÃO DE SUPERÁVITS  
 2426 AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
 2428 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS  
  
 29 COMPENSAÇÃO  
  
 291 COMPENSAÇÃO  
 2911 VALORES A RECEBER - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
 2912 FATURAS EMITIDAS ANTECIPADAMENTE  
 2913 IOF DO EXERCÍCIO  
 2914 PROVISÃO PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS  
 2918 OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO  
  
 3 CONTAS DE RESULTADO  
  
 31 OPERAÇÕES DE SEGUROS  
  
 311 PRÊMIOS GANHOS  
 3111 PRÊMIOS RETIDOS  
 3112 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS  
  
 312 SINISTROS RETIDOS  
 3121 SINISTROS  
 3122 RECUPERAÇÃO DE SINISTROS  
 3123 SALVADOS  
 3124 RESSARCIMENTOS  
 3125 VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS  
 3126 VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS  
  
 313 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO  
 3131 COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS RETIDOS  
 3132 RECUPERAÇÃO DE COMISSÕES  
 3133 OUTRAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO  
 3134 VARIAÇÃO DAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS  
  
 314 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS  
 3141 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS  
 3142 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS  
  
 32 OPERAÇÕES DE RESSEGUROS  
  
 321 PRÊMIOS GANHOS  
 3211 PRÊMIOS RETIDOS

3212	VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS
322	SINISTROS RETIDOS
3221	SINISTROS
3222	RECUPERAÇÃO DE SINISTROS
3223	SALVADOS
3224	RESSARCIMENTOS
3225	VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS
323	DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO
3231	COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS RETIDOS
3232	RECUPERAÇÃO DE COMISSÕES
3233	OUTRAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO
3234	VARIAÇÃO DAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS
324	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
3241	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
3242	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
33	OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA
331	RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS
3311	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - PLANOS BLOQUEADOS
3312	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - PLANOS NÃO BLOQUEADOS
3313	TRANSFERÊNCIAS ACEITAS DE OUTRAS ENTIDADES
3314	TRANSFERÊNCIAS CEDIDAS PARA OUTRAS ENTIDADES
332	VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS
3321	VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANOS BLOQUEADOS
3322	VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANOS NÃO BLOQUEADOS
333	DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES
3331	DESPESAS COM BENEFÍCIOS RETIDAS
3332	DESPESAS COM RESGATES
3333	VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS
334	DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO RETIDAS
3341	DESPESAS DE CORRETAGEM E AGENCIAMENTO
3342	DESPESAS DE CUSTEAMENTO DE VENDAS
3343	DESPESAS COM SERVIÇOS TÉCNICOS
3348	OUTRAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO
335	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
3351	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
3352	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
34	OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO
341	RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

3411 RECEITA COM TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO  
3413 DEVOLUÇÃO E CANCELAMENTO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO  
3414 IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

342 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS  
3422 PROVISÃO PARA SORTEIO A REALIZAR  
3423 PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS  
3424 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA  
3425 PROVISÃO ADMINISTRATIVA  
3428 OUTRAS PROVISÕES

343 DESPESAS COM RESGATES E SORTEIOS  
3431 DESPESAS COM RESGATES  
3432 DESPESAS COM SORTEIOS

344 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO  
3441 DESPESAS DE COLOCAÇÃO  
3442 DESPESAS DE CORRETAGEM  
3443 DESPESAS DE CUSTEAMENTO DE VENDAS  
3448 OUTRAS DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

345 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS  
3451 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS  
3452 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

35 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

351 DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO  
3511 DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO

352 DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS  
3521 DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

353 DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO  
3531 DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

354 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA  
3541 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

355 DESPESAS COM TRIBUTOS  
3551 DESPESAS COM TRIBUTOS

356 DESPESAS COM PUBLICAÇÕES  
3561 DESPESAS COM PUBLICAÇÕES

357 DESPESAS COM DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES  
3571 DESPESAS COM DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES

358 DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS  
3581 DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

**36        RESULTADO FINANCEIRO**

**361       RECEITAS FINANCEIRAS**

- 3611       RECEITAS DE APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO
- 3612       RECEITAS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA PRIVADOS
- 3613       RECEITAS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA PÚBLICOS
- 3614       RECEITAS COM TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
- 3615       RECEITAS COM EMPRÉSTIMOS
- 3616       RECEITAS FINANCEIRAS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS
- 3617       RECEITAS FINANCEIRAS COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS
- 3618       RECEITAS COM DEPÓSITOS E FUNDOS RETIDOS
- 3619       OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS

**362       DESPESAS FINANCEIRAS**

- 3621       DESPESAS COM TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
- 3622       DESPESAS FINANCEIRAS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA
- 3623       DESPESAS FINANCEIRAS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS RAMOS ELEMENTARES E VIDA  
EM GRUPO
- 3624       DESPESAS FINANCEIRAS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS - VIDA COM COBERTURA DE  
SOBREVIVÊNCIA
- 3625       DESPESAS FINANCEIRAS COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS  
DESPESAS FINANCEIRAS COM PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -
- 3626       PLANOS BLOQUEADOS  
DESPESAS FINANCEIRAS COM PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -
- 3627       PLANOS NÃO BLOQUEADOS
- 3628       DESPESAS FINANCEIRAS COM PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO
- 3629       OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS

**37        RESULTADO PATRIMONIAL**

**371       RECEITAS PATRIMONIAIS**

- 3711       RECEITAS PATRIMONIAIS

**372       DESPESAS PATRIMONIAIS**

- 3721       DESPESAS PATRIMONIAIS

**38        RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

- 381        RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE
- 3811       RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE

**382       RESULTADO DE OUTRAS OPERAÇÕES**

- 3821       RESULTADO DE OUTRAS OPERAÇÕES

**383       PERDA/GANHO NA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

- 3831       PERDA/GANHO NA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

**39        IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO**

**391       IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

- 3911       IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

392 PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO

3921 PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO

ANEXO II AGLUTINAÇÃO DAS CONTAS DOS MODELOS  
ANALÍTICOS DE BALANCETE PARA EFEITO DE PUBLICAÇÃO  
DO BALANÇO PATRIMONIAL.

Ativo

MODELO DE PUBLICAÇÃO

CIRCULANTE

DISPONÍVEL

CAIXA E BANCOS

APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

APLICAÇÕES

TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS

TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS

TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PARTICIPANTES

QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS

OUTRAS APLICAÇÕES

PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO

MODELO ANALÍTICO

1111 CAIXA

1112 VALORES EM TRÂNSITO

1113 BANCOS CONTA DEPÓSITOS

1114 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

1121 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS

1122 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS

1123 TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

1124 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PARTICIPANTES

1126 QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE  
CONSTITUÍDOS

1127 APLICAÇÕES EXTERIOR

1128 OUTRAS APLICAÇÕES

11219 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS

11229 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS

11239 TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

11249 RISCOS SOBRE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

11279 APLICAÇÕES NO EXTERIOR

11289 OUTRAS APLICAÇÕES



## **CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS**

### **PRÊMIOS A RECEBER**

1131 PRÊMIOS A RECEBER

### **SEGURADORAS**

1132 SEGURADORAS - PAÍS

1133 SEGURADORAS - EXTERIOR

### **RESSEGURADORAS**

1134 RESSEGURADORAS

### **OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**

1138 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

### **PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS**

11319 PRÊMIOS A RECEBER

11329 SEGURADORAS - PAÍS

11339 SEGURADORAS - EXTERIOR

11349 RESSEGURADORAS

11389 OUTROS CRÉDITOS

## **CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA**

### **VALORES A RECEBER**

1135 VALORES A RECEBER

### **OPERAÇÕES COM REPASSES**

1136 OPERAÇÕES COM REPASSES

### **PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS**

11369 OPERAÇÕES COM REPASSES

## **CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO**

### **CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO**

11371 CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

11378 TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA - CAPITALIZAÇÃO

11372 ( - ) RECEITAS A APROPRIAR (PU)

### **TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

### **TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

1141 CRÉDITOS A RECEBER

1142 TÍTULOS A RECEBER

### **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

1144 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

### **DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

1147 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

### **OUTROS CRÉDITOS**

1143 EMPRÉSTIMOS

1145 ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

	1146	ADIANTAMENTOS ADMINISTRATIVOS
	1148	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER
PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS		
	11419	CRÉDITOS A RECEBER
	11429	TÍTULOS A RECEBER
	11439	EMPRÉSTIMOS
	11449	RISCOS SOBRE CRÉDITOS
OUTROS VALORES E BENS		
OUTROS VALORES E BENS		
	1151	BENS A VENDA
	1152	ALMOXARIFADO
	1153	DEPENDÊNCIAS NO PAÍS
	1154	ADIANTAMENTOS ASSISTENCIAIS, CULTURAIS
		OUTROS
	1155	CHEQUES E ORDENS A RECEBER
	1158	OUTROS VALORES E BENS
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		
	1161	EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
DESPESAS ANTECIPADAS		
DESPESAS ANTECIPADAS		
	1171	DESPESAS OPERACIONAIS
	1172	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS		
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS - SEGUROS E RESSEGUROS		
	1181	COMISSÕES DIFERIDAS - SEGUROS COMIS
	1182	DIFERIDAS - RESSEGUROS
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS - PREVIDÊNCIA		
	1183	COMISSÕES DIFERIDAS - PREVIDÊNCIA
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
APLICAÇÕES		
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS		
	1221	TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS		
	1222	TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL		
	1223	TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS		
	1226	QUOTAS DE FUNDOS ESPECIALMENTE

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES

OUTRAS APLICAÇÕES

PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO

CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

PRÊMIOS A RECEBER

SEGURADORAS

RESSEGUADORAS

OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS

CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA

VALORES A RECEBER

OPERAÇÕES COM REPASSES

PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS

## CONSTITUÍDOS

1224 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES

1225 APLICAÇÕES EM INCENTIVOS FISCAIS

1227 APLICAÇÕES NO EXTERIOR

1228 OUTRAS APLICAÇÕES

12219 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADO

12229 TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS

12239 TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

12249 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES

12279 APLICAÇÕES NO EXTERIOR

12289 OUTRAS APLICAÇÕES

1231 PRÊMIOS A RECEBER

1232 SEGURADORAS - PAÍS

1233 SEGURADORAS - EXTERIOR

1234 RESSEGUADORAS

1238 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

12319 PRÊMIOS A RECEBER

12329 SEGURADORAS - PAÍS

12339 SEGURADORAS - EXTERIOR

12349 RESSEGUADORAS

12389 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

1235 VALORES A RECEBER

1236 OPERAÇÕES COM REPASSES

12369 PROVISÃO P/ RISCOS S/ OPERAÇÕES COM  
REPASSES

**CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO**

**CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO**

12371 TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO À VISTA (PU)

12379 PROVISÃO P/ RISCO S/ CRÉDITOS COM  
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

**TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

**TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

1241 CRÉDITOS A RECEBER

1242 TÍTULOS A RECEBER

**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

1244 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

**DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

1245 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

**OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

1243 EMPRÉSTIMOS

1248 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

**PROVISÃO PARA RISCOS SOBRE CRÉDITOS**

12419 CRÉDITOS A RECEBER

12429 TÍTULOS A RECEBER

12439 EMPRÉSTIMOS

12449 RISCOS SOBRE CRÉDITOS

12489 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

**OUTROS VALORES E BENS**

**OUTROS VALORES E BENS**

1251 OUTROS VALORES E BENS

**EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS**

**EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS**

1261 EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS

**DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS**

**SEGUROS E RESSEGUROS**

1281 COMISSÕES DIFERIDAS - SEGUROS

1282 COMISSÕES DIFERIDAS - RESSEGUROS

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

1283 COMISSÕES DIFERIDAS - PREVIDÊNCIA

**PERMANENTE**

INVESTIMENTOS

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

- 1411 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - PAÍS
- 1412 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - EXTERIOR

IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

- 1415 IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

OUTROS INVESTIMENTOS

- 1413 INCENTIVOS FISCAIS
- 1414 INVESTIMENTOS EM OURO
- 1418 OUTROS INVESTIMENTOS

PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO

- 14119 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIA - PAÍS
- 14129 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIA - EXTERIOR
- 14139 INCENTIVOS FISCAIS
- 14149 OURO
- 141519 TERRENOS
- 141529 EDIFICAÇÕES
- 14189 OUTROS INVESTIMENTOS

DEPRECIAÇÃO

- 14159 DEPRECIAÇÃO

IMOBILIZADO

IMÓVEIS

- 1421 IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

BENS MÓVEIS

- 1422 EQUIPAMENTOS
- 1423 MÓVEIS, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS
- 1424 VEÍCULOS

OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

- 1425 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO
- 1428 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO

- 142119 PROVISÃO P/DESVALORIZAÇÃO - TERRENOS
- 142129 PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO  
EDIFICAÇÕES

DEPRECIAÇÃO

- 14219 IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO
- 14229 EQUIPAMENTOS
- 14239 MÓVEIS, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS
- 14249 VEÍCULOS
- 14289 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES

DIFERIDO

ESPESAS DE ORGANIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO  
INSTALAÇÃO

1431 DESPESAS DE ORGANIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO  
E INSTALAÇÃO



## Passivo

### MODELO DE PUBLICAÇÃO

#### CIRCULANTE

#### OBRIGAÇÕES A PAGAR

#### OBRIGAÇÕES A PAGAR

#### IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

#### PROVISÕES TRABALHISTAS

#### EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### PROVISÃO PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

#### OUTROS VALORES

#### DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

#### PRÊMIOS A RESTITUIR

#### SEGURADORAS

#### RESSEGURADORAS

#### COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS

#### OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

#### DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### MODELO ANALÍTICO

2111 OBRIGAÇÕES A PAGAR

2119 OUTRAS CONTAS A PAGAR

2112 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A  
RECOLHER

2113 PROVISÕES TRABALHISTAS

2114 EMPRÉSTIMOS

2115 FINANCIAMENTOS

2116 PROVISÃO PARA IMPOSTOS E  
CONTRIBUIÇÕES

2117 DEPENDÊNCIAS NO PAÍS

2118 PROGRAMAS ASSISTENCIAIS E CULTURAIS  
AOS PARTICIPANTES

2121 PRÊMIOS A RESTITUIR

2122 SEGURADORAS

2123 RESSEGURADORAS

2124 COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS

2125 CORRETORES (AS) DE SEGUROS E  
RESSEGUROS

2128 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

CONTRIBUIÇÕES A RESTITUIR

2131 CONTRIBUIÇÕES A RESTITUIR

OPERAÇÕES COM REPASSES

2132 OPERAÇÕES COM REPASSES

OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

2133 AGENTES E CORRESPONDENTES

2134 MOVIMENTO OPERACIONAL DE RESSEGURO

2135 TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA

2138 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

DÉBITOS OPERACIONAIS

2141 DÉBITOS OPERACIONAIS

OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

2142 AGENTES E CORRESPONDENTES

2143 TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA

2148 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

DEPÓSITOS DE TERCEIROS

DEPÓSITOS DE TERCEIROS

2151 ACIONISTAS - CONTA DEPÓSITOS

2152 COBRANÇA ANTECIPADA DE PRÊMIOS

2154 PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS

2155 VALORES A RECLASSIFICAR - PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR

2156 VALORES A RECLASSIFICAR -  
CAPITALIZAÇÃO

2158 OUTROS DEPÓSITOS

PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO

PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

21611 PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

21612 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

21613 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

21614 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS



SINISTROS A LIQUIDAR

PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

OUTRAS PROVISÕES

**VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

PROVISÃO MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

OUTRAS PROVISÕES

**PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURADORAS EVENTUAIS**

PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

PROVISÃO MATEMÁTICA

PROVISÃO MATEMÁTICA

OUTRAS PROVISÕES

**PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

21615 SINISTROS A LIQUIDAR

21616 PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS  
NÃO AVISADOS

21617 FUNDO DE GARANTIA DE RETROCESSÕES

21618 PROVISÃO PARA PREJUÍZOS NOS CONTRATOS  
DE RESSEGUROS COM O EXTERIOR

21619 OUTRAS PROVISÕES

21621 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A  
CONCEDER

21622 PROVISÃO MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS  
CONCEDIDOS

21623 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

21624 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

21625 PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

21626 PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO  
AVISADOS

21627 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

21628 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

21629 OUTRAS PROVISÕES

21631 PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

21632 PROVISÃO MATEMÁTICA

21633 FUNDO DE GARANTIA DE RETROCESSÕES -  
RESSEGURADORAS EVENTUAIS

21638 OUTRAS PROVISÕES

## **PLANOS BLOQUEADOS**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

OUTRAS PROVISÕES

21711 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

21712 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

21713 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

21714 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

21715 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

21716 PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

21717 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

21719 OUTRAS PROVISÕES

## **PLANOS NÃO BLOQUEADOS**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

OUTRAS PROVISÕES

21721 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

21722 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

21723 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

21724 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

21725 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

21726 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR

21728 PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

21727 PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

21729 OUTRAS PROVISÕES

## **PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO**

PROVISÃO MATEMÁTICA PARA RESGATES

PROVISÃO PARA SORTEIO A REALIZAR

21811 PROVISÃO PARA RESGATES

21821 PROVISÃO PARA SORTEIO A REALIZAR

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	2183 PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
PROVISÃO PARA RESGATE DE TÍTULOS VENCIDOS	21813 PROVISÃO PARA RESGATE DE TÍTULOS VENCIDOS
PROVISÃO PARA SORTEIO A PAGAR	21822 PROVISÃO PARA SORTEIO A PAGAR
PROVISÃO PARA RESGATE DE TÍTULOS ANTECIPADOS	21812 PROVISÃO PARA RESGATE DE TÍTULOS ANTECIPADOS
OUTRAS PROVISÕES	2188 OUTRAS PROVISÕES
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	
PAGAMENTOS A EFETUAR	2211 PAGAMENTOS A EFETUAR
PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS	2212 PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2213 EMPRÉSTIMOS
	2214 FINANCIAMENTOS
OUTRAS EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO	2218 OUTRAS EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO
<b>DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	
SEGURADORAS	2221 SEGURADORAS
RESSEGURADORAS	2222 RESSEGURADORAS
COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS	2223 COMISSÕES SOBRE PRÊMIOS EMITIDOS
OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS	2224 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS
	2228 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS
<b>DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	
DÉBITOS OPERACIONAIS	2226 DÉBITOS OPERACIONAIS - PREVIDÊNCIA
<b>DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO</b>	
DÉBITOS OPERACIONAIS	2225 DÉBITOS OPERACIONAIS - CAPITALIZAÇÃO
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS</b>	

**RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO**

PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

22311 PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

22312 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

22313 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

22314 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

OUTRAS PROVISÕES

22319 OUTRAS PROVISÕES

**VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

22321 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A  
CONCEDER

PROVISÃO MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

22322 PROVISÃO MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS  
CONCEDIDOS

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

22323 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

22324 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

22325 PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

22327 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS

OUTRAS PROVISÕES

22328 OUTRAS PROVISÕES

**PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

**PLANOS BLOQUEADOS**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

22411 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A  
CONCEDER

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

22412 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

22413 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

22414 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS

CONCEDIDOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

22415 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE  
CONTRIBUIÇÃO

OUTRAS PROVISÕES

22419 OUTRAS PROVISÕES

**PLANOS NÃO BLOQUEADOS**

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

22421 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A  
CONCEDER

PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

22422 PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS

PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

22423 PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

22424 PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS  
CONCEDIDOS

PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO

22425 PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE  
CONTRIBUIÇÃO

PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

22426 PROVISÃO DE EXCEDENTE FINANCEIRO

OUTRAS PROVISÕES

22429 OUTRAS PROVISÕES

**PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO**

PROVISÃO PARA RESGATE

2251 PROVISÃO PARA RESGATES

PROVISÃO PARA SORTEIO

2252 PROVISÃO PARA SORTEIO

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

2253 PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

OUTRAS PROVISÕES

2258 OUTRAS PROVISÕES

**CONTINGÊNCIAS FISCAIS E TRABALHISTAS**

CONTINGÊNCIAS FISCAIS

2261 CONTINGÊNCIAS FISCAIS

CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

2262 CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

RECEITAS OPERACIONAIS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

2311 RECEITAS OPERACIONAIS DE EXERCÍCIOS  
FUTUROS

RECEITAS NÃO OPERACIONAIS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

2312 RECEITAS NÃO OPERACIONAIS DE  
EXERCÍCIOS FUTUROS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

2411 CAPITAL SOCIAL

AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL (EM APROVAÇÃO)

2412 AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL ( EM  
APROVAÇÃO )

RESERVAS DE CAPITAL

2413 RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

2414 RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE LUCRO

2415 RESERVAS DE LUCRO

AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2416 AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS

LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

2418 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SEM FINS LUCRATIVOS

PATRIMÔNIO SOCIAL

2421 PATRIMÔNIO SOCIAL

RESERVAS PATRIMONIAIS

2423 RESERVAS PATRIMONIAIS

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

2424 RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE RETENÇÃO DE SUPERÁVITS

2425 RESERVAS DE RETENÇÃO DE SUPERÁVITS

AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2426 AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES

MOBILIÁRIOS

SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS

2428 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS

ANEXO III AGLUTINAÇÃO DAS CONTAS DOS MODELOS  
ANALÍTICOS DE BALANCETE PARA EFEITO DE PUBLICAÇÃO  
DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR

**Demonstração Do Resultado Previdência Privada**

MODELO DE PUBLICAÇÃO

MODELO ANALÍTICO

RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS

RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES

3311 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - PLANOS  
BLOQUEADOS

3312 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

TRANSFERÊNCIAS ACEITAS DE OUTRAS ENTIDADES

3313 TRANSFERÊNCIAS ACEITAS DE OUTRAS  
ENTIDADES

TRANSFERÊNCIAS CEDIDAS PARA OUTRAS ENTIDADES

3314 TRANSFERÊNCIAS CEDIDAS PARA OUTRAS  
ENTIDADES

VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

332 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES

DESPESAS COM BENEFÍCIOS

3331 DESPESAS COM BENEFÍCIOS

DESPESAS COM RESGATES

3332 DESPESAS COM RESGATES

VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOSMAS NÃO  
AVISADOS

VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS  
3333 OCORRIDOSMAS NÃO AVISADOS

DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

334 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO RETIDAS

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3351 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	3352 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3511 DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO
	3521 DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS
	DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E
	3531 FUNCIONAMENTO
	3541 DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
	3561 DESPESAS COM PUBLICAÇÕES
	3571 DESPESAS COM DONATIVOS E CONTRIBUIÇÃO
	3581 DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS
DESPESAS COM TRIBUTOS	3551 DESPESAS COM TRIBUTOS
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	
RESULTADO FINANCEIRO	
RECEITAS FINANCEIRAS	361 RECEITAS FINANCEIRAS
DESPESAS FINANCEIRAS	362 DESPESAS FINANCEIRAS
RESULTADO PATRIMONIAL	
RECEITAS / DESPESAS COM IMÓVEIS DE RENDA	37111 RECEITAS C/ IMÓVEIS DE RENDA
	DESPESAS C/ IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA
	37211 OU VENDA
AJUSTES DE INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS	AJUSTES DE INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
	37112 E COLIGADAS
	AJUSTES DE INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
	37212 E COLIGADAS
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	37113 OUTROS INVESTIMENTOS
	37213 OUTROS INVESTIMENTOS
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	38 RESULTADO NÃO OPERACIONAL
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	391112 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IMPOSTO DE RENDA

391111 IMPOSTO DE RENDA

OUTROS

391118 OUTROS

PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO

392 PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

QUANTIDADE DE AÇÕES

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

## ANEXO IV DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### **Modelo de Publicação**

#### **SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO**

##### **MAIS: - Depreciações e Amortizações**

- Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo
- Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas
- Juros sobre o capital próprio recebido de Controladas e Coligadas
- Perda na Reavaliação de Imóveis
- Ajustes de Exercícios Anteriores
- Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial
- Amortizações Ágio
- Aumento do Resultado de Exercícios Futuros
- Prejuízo na venda de Investimentos ou Imobilizado

##### **MENOS: - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial**

- Participação no Lucro da Controlada ou Coligada
- Lucro na Venda de Investimentos ou Imobilizado
- Ajustes de Exercícios Anteriores
- Amortizações Deságio
- Redução do Resultado de Exercícios Futuros

#### **SUPERÁVIT / DÉFICIT AJUSTADO**

##### **ORIGEM**

- Superávit Ajustado
- Aumento do Fundo de Constituição
- Aumento do Exigível a Longo Prazo
- Alienação de Investimentos (Valor de Venda)
- Alienação de Imobilizado (Valor de Venda)
- Redução do Realizável a Longo Prazo
- Subvenções e Incentivos Fiscais
- Ajustes Positivos com Títulos e Valores Mobiliários
- Outros

#### **TOTAL DAS ORIGENS**

##### **APLICAÇÃO**

- Déficit Ajustado

- Aquisição de Investimentos
- Aquisição de Imobilizado
- Aplicações de Recursos no Ativo Diferido
- Redução do Exigível a Longo Prazo
- Aumento no Realizável a longo prazo
- Ajustes Negativos com Títulos e Valores Mobiliários
- Outros

TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS

AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Capital Circulante no ano Corrente

Capital Circulante no ano Anterior

AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

## ANEXO V MUTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
<b>SALDOS ANTERIORES</b>							
<b>AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Efeitos de mudança de critérios contábeis							
Retificação erros de exercícios anteriores							
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL</b>							
Com Lucros e Reservas							
Por subscrição realizada							
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>							
Ágio na Emissão de Ações							
Alienação de partes beneficiárias							
Doações e Subvenções para Investimento							
Outras Reservas de Capital							
<b>RESERVA DE REAVALIAÇÃO</b>							
Constituição							
Realização							
Baixa							
<b>AJUSTES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>							
Ajustes Positivos Com Títulos e Valores Mobiliários							
Ajustes Negativos Com Títulos e Valores Mobiliários							
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
<b>PROPOSTA P/DESTINAÇÃO LUCROS</b>							
Transferências para Reservas:							
Reserva Legal							
Reserva para Contingência							
Reserva Lucros a Realizar							
Reservas Estatutárias							
Dividendos							
Juros sobre o capital							
Outros							
<b>SALDOS FINAIS</b>							